

RECORDANDO ALFREDO MONTES (1877-1906): ASPECTOS DO EXERCÍCIO DO MAGISTÉRIO NO ATHENEU SERGIPENSE

Simone Silveira Amorim¹

UFS

Nas últimas décadas, o desenvolvimento de pesquisas em História da Educação, a qual tem adotado como matriz historiográfica os pressupostos teóricos da Nova História Cultural, trouxe uma ampliação do elenco das fontes a serem utilizadas nos trabalhos nessa área. Nesse mesmo período, os estudos biográficos vêm demonstrado seu valor no sentido de que, através da análise da trajetória de um personagem, pode-se aproximar do passado com vistas a compreendermos os acontecimentos relacionados com a área educacional. É através dessas considerações que se pretende corroborar a importância do uso de biografias como fonte de estudo no campo da História da Educação.

Assim sendo, este texto tem como objetivo analisar a trajetória de um professor de Inglês do Atheneu Sergipense, Alfredo de Siqueira Montes, investigando aspectos da história do processo de configuração da profissão docente em Sergipe entre os anos de 1877 a 1906; do momento em que foi realizado o concurso para a cadeira de Inglês até a morte do referido professor, respectivamente. É parte da dissertação de mestrado intitulada “A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906): representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe”, defendida em 31 de março de 2006.

A abordagem biográfica foi a ferramenta metodológica utilizada para desvendar os percursos de formação, aspectos do exercício do magistério no ensino secundário público e privado. No entanto, é importante salientar que a biografia é entendida nessa pesquisa como uma abordagem, portanto não resolve todas as questões. Assim sendo, os estudos biográficos são limitados, geralmente focados em alguns aspectos da vida dos intelectuais/professores

¹ Mestre em educação pelo NPGED/UFS sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. Integra o Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Intelectuais da Educação, Instituições Educacionais e Práticas Escolares do Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e o Grupo de Pesquisas História das Práticas Escolares, vinculado à Universidade Tiradentes. amorim_simone@hotmail.com

pesquisados, dependem da possibilidade de seguir as pistas e da investigação dos traços que possibilitam a composição de um quadro do biografado.

A biografia é sempre o resumo de vida, um excerto, uma parte do todo, resultado da construção de um determinado olhar, em um determinado momento. Nessa perspectiva, o estudo realizado permanece, sim, como uma das possibilidades de leitura e interpretação (BASTOS, 2002, p. 319).

A leitura e análise atenta das atas da Congregação do Atheneu Sergipense permitiram observar as relações de força, os mecanismos de representação e os processos de legitimação dos lentes do referido estabelecimento. E, ao buscar os registros da presença/atuação de Alfredo Montes, foi possível perceber alguns elementos da configuração do trabalho docente nessa instituição.

A primeira ata que tinha relação com Alfredo Montes foi a da sessão que se realizou em 5 de junho de 1877, quando os professores da Congregação do Atheneu Sergipense se reuniram para a escolha dos assuntos exigidos no concurso para o provimento da cadeira de Inglês. Fizeram parte da comissão organizadora os professores Ascendino Angelo dos Reis², Raphael Arcanjo de Moura Mattos³ e Pedro Pereira de Andrada⁴. O concurso teria uma dissertação, um exame escrito e outro oral e passariam para as outras fases os candidatos aprovados na dissertação. Quanto a esta, os candidatos escolheriam um tema dentre uma série de outros listados pela banca examinadora e teriam um prazo de quinze dias para desenvolvê-los. O mérito e o merecimento dos candidatos deveriam ser utilizados como critérios de avaliação, e a votação pelo melhor deles deveria ser realizada no mesmo dia do concurso, estabelecido previamente pela comissão.

O concurso aconteceu no dia 22 de junho de 1877, às dez horas da manhã perante os professores Antonio Diniz Barreto⁵, Geminiano Paes de Azevedo⁶, Ascendino Angelo dos

² Ascendino Angelo dos Reis nasceu em São Cristóvão, mas mudou para a Bahia a fim de se dedicar aos estudos de línguas e ciências. Formou-se em Medicina em 1874, foi delegado especial dos exames preparatórios e lente de Inglês do Atheneu Sergipense de 1874 a 1877, quando foi transferido para a cadeira de História. Fundou o Parthenon Sergipense em 1879 (GUARANÁ, 1925, p. 40).

³ Além de lente do Atheneu Sergipense de 1871 a 1890 das cadeiras de Geografia e História, Raphael Arcanjo de Moura Mattos também exerceu os cargos de Juiz de Paz e Delegado de Polícia (ALVES, 2005, P. 216).

⁴ Pedro Pereira de Andrada era engenheiro e assumiu a cadeira de Geometria do Atheneu Sergipense em 1874 (ALVES, 2005, P. 217).

⁵ Antonio Diniz Barreto fez os estudos de humanidades com excelente aproveitamento e foi atraído pela beleza da língua de Virgílio tornou-se um respeitado latinista. Foi nomeado em 22 de abril de 1841 para reger a cadeira de latim em Itabaiana e em Laranjeiras. Em Aracaju lecionou a mesma cadeira no Atheneu Sergipense e na

Reis, Raphael Arcanjo de Moura Mattos, Pedro Pereira de Andrada, Tito Augusto Souto d'Andrade⁷, Brício Mauricio de Azevedo Cardoso⁸, secretário da Congregação, e Pelino Francisco de Carvalho Nobre⁹, Diretor da Instrução Pública.

A princípio, Ascendino Angelo dos Reis argüiu os candidatos, Hormindo de Leite Mello, estudante do 5º ano de Medicina na Bahia, e Alfredo Montes, Chefe de Seção da Secretaria do Governo, a respeito de suas respectivas teses por quarenta e cinco minutos. Os outros dois examinadores se declararam satisfeitos com as respostas dadas pelos candidatos, e passaram para a segunda etapa do processo seletivo quando estes se argüiram mutuamente sobre as teses que escreveram. Após vinte e cinco minutos, iniciou-se a fase em que os candidatos fizeram uma versão de Português para Inglês, de um trecho clássico da *Selecta*. Eles tiveram duas horas para concluir a tarefa e, durante meia hora, o professor Ascendino Angelo dos Reis, presidente da banca, questionou-os a respeito da confecção das composições, havendo a recíproca entre os candidatos.

Durante essa fase, houve uma polêmica entre ele e o concorrente. Alfredo Montes acusou o mesmo de ser uma pessoa sem modos e questionou a “capacidade de suas perguntas”. Afirmou que não estava disposto a “tolerar” os seus maus modos, se recusou a questioná-lo, permanecendo calado quando foi argüido por Hormindo de Leite Mello e pediu para que a Congregação o considerasse como “ignorante” quanto às referidas perguntas, demonstrando a disputa pelo poder presente nos concursos para a prestigiosa posição de Lente

Escola Normal. Também assumiu o cargo de Diretor da Instrução Pública em julho de 1880 (GUARANÁ, 1925, p. 19).

⁶ Geminiano Paes d'Azevedo foi poeta, professor, historiador e Doutor em Ciências Sociais. Também exerceu os cargos de Secretário do Governo do Paraná, em 1875, e de Deputado pelo mesmo Estado. Foi professor da cadeira de Gramática e Tradução da Língua Francesa do Atheneu Sergipense deixando de regê-la em fevereiro de 1909, quando foi jubilado a pedido. Assumiu a Direção da mesma instituição durante o período de 1898 a 1901 (GUARANÁ, 1925, p. 103-104).

⁷ Tito Augusto Souto d'Andrade foi professor de Primeiras Letras em Laranjeiras, onde iniciou suas atividades no magistério. Também lecionou as cadeiras de Geografia, História e Filosofia em um internato naquela mesma localidade. Foi transferido para as cadeiras de Geometria e Francês em Aracaju em 1868. Faleceu em 25 de setembro de 1881 (ALVES, 2005).

⁸ Brício Mauricio de Azevedo Cardoso, além de ter sido professor das cadeiras de Retórica e Poética, de Português, de Gramática Filosófica e Língua Vernácula, também foi diretor do Atheneu Sergipense durante o período de 1877 a 1879. Nasceu em nove de julho de 1844 e faleceu em 21 de novembro de 1924. Ele também foi membro da Assembléia Legislativa Constituinte em 1892 (GALLY, 2004).

⁹ Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade do Recife em 21 de novembro de 1866, Pelino Francisco de Carvalho Nobre também foi Promotor Público da comarca de Aracaju, Curador de Órfãos, Deputado Provincial, Diretor Geral da Instrução Pública duas vezes, em 1877 e em 1885, Procurador Fiscal do Tesouro Provincial, Diretor do Asilo Nossa Senhora da Pureza, Vice-Presidente da Província e do Estado, Chefe de Polícia e Juiz Substituto do Juiz Seccional (GUARANÁ, 1925, p. 245).

da Congregação do Atheneu Sergipense (Ata da Congregação do Atheneu, 1877, p. 18). Logo após esse fato, a Congregação se reuniu em sessão secreta e votou a respeito do “mérito absoluto” de cada um deles. Ambos obtiveram sete esferas brancas e uma preta, caracterizando-se em empate. Em seguida, houve um novo processo de votação para avaliar os candidatos quanto ao critério do “mérito relativo”. Hormindo de Leite Melo obteve duas esferas brancas e seis pretas e Alfredo Montes sete brancas e uma preta.

Depreende-se que as esferas brancas são pontos positivos e que a Congregação apoiou a atitude de Alfredo Montes, pois ele foi aprovado para assumir vitaliciamente a posição de lente da cadeira de Inglês do Atheneu Sergipense, devendo perceber a quantia de um conto e seiscentos mil réis (1:600\$000). A sua posse ocorreu no dia três de julho, em uma solenidade em que estavam presentes o próprio presidente da Província, José Martins Fontes, bem como o diretor da Instrução Pública, Pelino Francisco de Carvalho Nobre, além de lentes, intelectuais, professores, políticos e a população que prestigiaram esse ato político, demonstrando a importância e a repercussão do mesmo. Após a sua aprovação, ele se tornou um dos mais influentes e importantes lentes dessa instituição, pois foi eleito secretário da Congregação em 1882 e também fez parte das comissões de exames finais de Inglês, Francês, Latim, Português, Geografia, e Filosofia. Ele também foi autor de uma Gramática Portuguesa Prática, um Dicionário Inglês-Português e uma Gramática Inglesa, por concluir (GUARANÁ, 1925, p. 10). Essas obras ainda não foram localizadas.

Ao buscar perceber as “relações de interdependência” estabelecidas pelo Professor Alfredo Montes no decorrer de sua trajetória, os documentos já localizados, apresentam situações de enfrentamento e expressam “relações de força” que serão analisadas a partir das proposições de Carlo Ginzburg:

Mas, ao avaliar as provas, os historiadores deveriam recordar que todo ponto vista sobre a realidade, além de ser intrinsecamente seletivo e parcial, depende das relações de força que condicionam, por meio da possibilidade de acesso à documentação, a imagem total que uma sociedade deixa de si. (...) é preciso aprender os testemunhos às avessas, contra as intenções de quem os produziu. Só dessa maneira será possível levar em conta tanto as relações de força quanto aquilo que é irreduzível a elas. (...) Os instrumentos que nos permitem compreender culturas diversas da nossa são os instrumentos que nos permitirão dominá-las (GINZBURG, 2002, p. 43).

Portanto, pode-se depreender que a disputa pelo poder político, pela legitimação e visibilidade também ocorria durante a avaliação de um candidato, pois esse momento se constituía em uma oportunidade para demonstrar o capital cultural e ganhar prestígio perante as autoridades e o público em geral presentes ao acontecimento. O trabalho simbólico de constituição ou de consagração necessário para criar e manter um grupo unido tem mais condições de alcançar seu objetivo quanto mais os agentes sociais sobre os quais ele se exerce estejam pré-dispostos – por sua proximidade no espaço das relações sociais, disposições e interesses associados a essas posições – a se reconhecerem em um mesmo projeto (BOURDIEU, 1996).

A sessão extraordinária de 26 de abril de 1888 foi convocada, tendo em vista a consulta do Presidente da Província sobre as causas das faltas dos alunos às aulas do 1º grau. Por proposta do professor Olyntho Rodrigues Dantas¹⁰, foi eleita uma comissão de cinco professores: Pedro Pereira de Andrada, Geminiano Paes de Azevedo, Olyntho Rodrigues Dantas, Alfredo Montes e Raphael Arcanjo de Moura Mattos para apresentar um parecer sobre a consulta presidencial. Bricio Cardoso iniciou sua fala na sessão seguinte, criticando todo o trabalho feito pela comissão e discordando de todo o parecer. Manuel Francisco de Oliveira e Inácio de Souza Valadão divergiram em relação às partes que ofendiam o Governo Geral e Provincial e o Diretor da Instrução, Pelino Francisco de Carvalho Nobre; disse também ter restrições a fazer. Após essas considerações, foi feita votação e aprovação do parecer e foram levantados alguns pontos que, segundo a comissão, estariam contribuindo negativamente para perturbar o funcionamento regular da Escola Normal: a intervenção do Governo na aprovação de alunos submetidos a exames gerais de preparatórios, a condescendência das bancas examinadoras, a crise financeira que afetava todas as relações sociais, as repetidas suspensões dos exames gerais, o desenfreamento dos alunos da Escola Normal, o desleixo da educação doméstica e o decreto nº 9647 de 2 de outubro de 1886 (Ata da Congregação do Atheneu, 1888, p. 48). Os professores responsáveis explicaram cada um dos tópicos acima

¹⁰ Olyntho Rodrigues Dantas se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1885 e foi professor da cadeira de Latim no Atheneu Sergipense e na Escola Normal. Também foi diretor destes dois estabelecimentos de ensino, Diretor do Hospital de Caridade, Inspetor Interino da Saúde dos Portos, Presidente do Conselho Municipal após a proclamação da República. Compôs a Junta Governativa do Estado e foi um dos redatores do jornal “Correio de Sergipe” com Alfredo Montes. Também colaborou com artigos para o jornal “O Tempo”, cuja redação era de responsabilidade de Alfredo Montes Junior (GUARANÁ, 1925, p. 238-239).

mencionados, dessa forma, aspectos do pensamento pedagógico de Alfredo Montes foram explicitados já que ele estava envolvido diretamente na confecção do parecer.

Para a comissão, a aprovação de alunos ineptos iniciou em 1886, com a intervenção do Governo, considerada extremamente “funesta” e desastrosa. Segundo ela, “os alunos, vendo substituída a capacidade científica pelo patronato, que tantas vezes elevava examinandos sem mérito victimando a justiça, perderam naturalmente o estímulo para os estudos (...)” (Ata da Congregação do Atheneu, 1888, p. 48). Um outro fato que contribuiu para a pouca procura pela Escola Normal e que deu continuidade à ação do Governo, foi a instalação de um colégio, que não teve seu nome mencionado, cujos alunos eram favorecidos abertamente. As bancas examinadoras foram consideradas coniventes com os fatos acima descritos, pois não eram compostas por pessoas capazes para exercer tal atribuição, sofriam e cediam às pressões feitas pelo poder público. Elas também eram modificadas em conformidade com interesses de candidatos tão protegidos que até mesmo conseguiam a anulação do resultado dos exames de turmas inteiras.

A questão financeira levantada no relatório dizia respeito não somente às famílias dos alunos que deixavam de estudar na Escola Normal por falta de recursos, mas principalmente sobre os professores da referida instituição que, apesar de abnegados, viam-se obrigados a procurar outros meios para sustentar suas famílias. Parecia ser do conhecimento geral que os professores procuravam “negociantes” ou “capitalistas” para pedir dinheiro emprestado quando eram privados dos seus salários ou se viam impelidos pela necessidade. A comissão então questionou a independência e a objetividade da avaliação do professor membro de banca examinadora quando eram procurados por aqueles que lhes emprestavam dinheiro intercedendo por algum estudante submetido a exame. “Pode ser severo em seus princípios quem a todo momento é forçado a recorrer ao auxílio de outrem?” (Ata da Congregação do Atheneu, 1888, p. 49).

A comissão ainda ressaltou que a falta de moralidade, por parte do governo, mencionada no primeiro tópico, fez com que os exames gerais fossem suspensos. Por este motivo, muitos alunos estavam indo para a Bahia ou outras localidades a fim de estudar e prestar os exames ao final do ano letivo, pois não tinham certeza da realização dos mesmos em Sergipe, levando a uma baixa matrícula no ensino secundário.

O quinto tópico enumerado relatou o desregramento dos alunos da Escola Normal. Chamados de “malta de vadios”, “vândalos” e “horda de bárbaros”, os alunos e outros indivíduos que não faziam parte do corpo discente, depredavam a referida instituição: cadeiras, portas, janelas, bancos, mesas, inscrições e pinturas imorais feitas nas paredes atestavam o estado de degradação em que se encontrava o lugar e impossibilitavam “(...) a visita de senhoras no estabelecimento, e todos quantos procuram para seus filhos meios sociaes dignos de gente educada, daqui se affastam horrorizadas, observando tão vergonhoso estado, corrupto!” (Ata da Congregação do Atheneu, 1888, p. 49).

Além de atentarem contra a estrutura física da escola, aqueles indivíduos ainda agiam contra a integridade física e moral dos lentes que eram desrespeitados e desatendidos constantemente e, por conta de suas reclamações, eram vitimados por “armadilhas”. Numa tentativa de conter essas ações, os professores eram obrigados a suspender as aulas e também solicitavam que providências fossem tomadas pelo poder público, sem que suas petições surtisserem efeito. Pelos motivos acima mencionados, muitas famílias decidiam se sacrificar financeiramente e pagar colégios e aulas particulares para seus filhos, por recearem que estes fossem contagiados e influenciados pela grande maioria dos alunos que freqüentavam a Escola Normal.

O fato dos pais dos alunos desordeiros não tomarem providências quanto à ação depredatória e desrespeitadora dos seus filhos, fazia com que os lentes se sentissem ainda mais estarecidos e indignados, pois, para eles, aqueles eram responsáveis pela educação e reputação dos seus filhos. Uma boa educação doméstica refletiria no comportamento e desempenho dos estudantes os quais seriam exemplos para outros que desejassem uma educação de qualidade. No entanto, além de não instruírem seus filhos adequadamente, os pais ainda contribuía para

Fica implícita a intenção da comissão em demonstrar que os lentes da Escola Normal se esforçavam para manter a qualidade do ensino e o nível dos alunos da instituição, porém, não somente os pais dos alunos, mas também interferências de outras esferas de poder, cooperavam para que ela fosse vista pela sociedade sergipana como não possuindo seriedade e moral necessárias para educar os jovens da Província. Essa má reputação certamente contribuía para que os professores também fossem prejudicados, pois, quando uma instituição não tem respaldo perante a sociedade, os seus professores não são convidados para dar aulas

particulares, seus nomes não carregam a singularidade e importâncias necessárias para que o seu capital cultural seja considerado de qualidade pelas famílias. É certo que “(...) uma profissão define-se pela existência de um mercado de trabalho e de relações contratuais em troca de um serviço especializado cujo valor seja socialmente reconhecido” (FERNANDES, 1998, p. 4).

A comissão responsável pelo parecer tentou deixar claro que a ação pedagógica não se realizava em um deserto social e que a escola era uma instituição socializadora a qual colocava em evidência um grande número de atores. Nesse sentido, os alunos procedentes da comunidade onde a escola se inseria, carregavam com eles os conflitos existenciais das suas vidas, mas também coexistiam em um espaço qualificado no qual imperavam normas e valores específicos. Portanto, era imperativo que uma ação conjunta fosse tomada a fim de mudar a situação vigente. E, para piorar a situação, na acepção da comissão, o decreto nº 9.647 de outubro de 1886 criou a dependência entre matérias do curso preparatório, ou seja, para cursar uma determinada matéria, os alunos precisavam cursar primeiro uma outra. Este fato “(...) forçou muitos alunos a abandonarem algumas aulas, pela impossibilidade de submeterem-se aos exames respectivos” (Ata da Congregação do Atheneu, 1888, p. 49).

Estes foram os principais fatores que, no entender da comissão, diminuía a freqüência dos alunos à Escola Normal e contribuía para a decadência do ensino secundário na Província. Todavia, eles não se resumiram a listar e comentar cada um dos problemas por eles elencados, pois também ofereceram sugestões e reconheceram que não tinham competência para sanar alguns dos problemas mencionados. Sugeriram que houvesse uma direção privativa e independente da Escola Normal e que fossem publicadas semanalmente pela imprensa as faltas de freqüência e outras cometidas pelos alunos com as respectivas penas impostas.

Como porta-vozes de uma categoria e assumindo o seu papel como membros da congregação, ápice da educação secundária em Sergipe, eles aproveitaram a oportunidade para expressar o desgosto gerado por não serem consultados a respeito de assuntos que lhes diziam respeito profunda e intrinsecamente. Na verdade, a importância de fazer parte de uma comissão residia no fato de que seus membros eram dotados do pleno poder de falar e agir em nome do grupo, sendo a mesma a personificação do pensamento de todos os membros. O grupo é feito por aqueles que falam em nome dele; e esse é o princípio do poder que os porta-

vozes exercem sobre os outros participantes, chegando até mesmo a apenas poder existir pela delegação de porta-vozes “(...) que o fará existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele” (BOURDIEU, 1989, p. 158). Para Alfredo Montes, ser chamado constantemente para fazer parte de comissões, significou um acúmulo significativo de capital simbólico entendido aqui como um crédito, um poder atribuído aos que

(...) obtiveram reconhecimento suficiente para ter condição de impor o reconhecimento: assim, o poder de constituição, poder de fazer um novo grupo, através da mobilização, ou de fazer existir por procuração, falando por ele enquanto porta-voz autorizado, só pode ser obtido ao término de um longo processo de institucionalização, ao término do qual é instituído um mandatário, que recebe do grupo o poder de fazer o grupo (BOURDIEU, 1989, p. 166).

Considerações finais

Os fatos relativos ao professor Alfredo Montes nos dão indícios suficientes de que havia uma fomentação no contexto educacional muito grande durante o século XIX e início do século XX. Através de leituras sobre a História da Educação em Sergipe em artigos de jornal, em livros a respeito do tema e de pesquisas, Alfredo Montes surgiu como um personagem importante pelo fato de ter sido um professor de Inglês e ter tido uma trajetória permeada por ações em favor da constituição da profissão docente no final do século XIX e início do XX. Ações que também representavam um trabalho de construção de uma categoria que buscava a sua legitimação no cenário educacional sergipano com todas as “armas” legais de que dispunha: discussões e seus registros nas atas da Congregação do Atheneu Sergipense, jornais e eventos, como os concursos, que concediam aos mesmos a oportunidade de visualização necessária a esse objetivo.

Nas Atas da Congregação do Atheneu Sergipense foi possível vislumbrar os processos de legitimação, as disputas pelo poder e as estratégias mobilizadas por diferentes atores. No mais, “O avanço dos estudos em História da Educação no Estado de Sergipe, na última década, permite, provisoriamente, uma única conclusão: há muito por fazer (...)” (NASCIMENTO, 2003a, p. 79).

Referências Bibliográficas

AMORIM, Simone Silveira. **A trajetória de Alfredo Montes (1848-1906):** representações da configuração do trabalho docente no ensino secundário em Sergipe. São Cristóvão: UFS. Dissertação de Mestrado, 2006.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **Pró-pátria laboremus:** Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897). Bragança Paulista: Edusf, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 1989.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. São Paulo: Papirus Editora. 1996.

FERNANDES, Rogério. “Ofício de professor: o fim e o começo dos paradigmas”. In: Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. **II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.** São Paulo: Escrituras Editora, 1998. p. 1-22.

GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano.** Governo de Sergipe/Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força:** História, retórica, prova. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2002.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho. **Historiografia Educacional Sergipana:** uma crítica aos estudos de História da Educação. UFS/SE. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

NUNES, Maria T. **História da Educação em Sergipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1984a.

_____, Maria Thetis. “Manuel Luís Azevedo d’Araújo, educador da ilustração”. In: **Prêmio grandes educadores brasileiros:** monografias premiadas. Brasília: INEP, 1984b. p 21-131.

SOUSA, Deyci Lucidi de. **O Ensino de Inglês em Sergipe Durante o Império.** São Cristóvão: UFS. Relatório Final, 2002.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização:** a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

Fontes

SERGIPE. PROVÍNCIA DE SERGIPE. Livro de Atas do Atheneu Sergipense. 1870-1916. Arquivo do Colégio Atheneu Sergipense.

SERGIPE. Professor Alfredo Montes. In: O Estado de Sergipe. Aracaju. 03 de agosto de 1906. Ano IX. nº 2255. p. 1. col. 2-4).